

Os ruralistas e os meios de comunicação: a construção do discurso sobre o direito à terra na CPMI da Terra

42º Encontro Anual da Anpocs
GT 08- Democracia e Desigualdades
Mayrá S. Lima¹

¹ Doutoranda do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Agradeço à Anpocs e ao GT Democracia e Desigualdades, responsáveis pelo financiamento necessário para a apresentação deste trabalho durante a 42º Encontro Anual da Anpocs. Os dados aqui utilizados fazem parte de pesquisa mais ampla e em andamento. Trata-se de uma análise preliminar.

Introdução

O objetivo deste artigo é identificar os discursos construídos sobre direito à terra a partir da análise dos enquadramentos midiáticos da cobertura jornalística da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPMI da Terra) realizada pelos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo.

Para a coleta de dados, há o uso do clipping realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, fruto da consultoria 105344, realizada por Fernanda Melazo Dias. Este clipping foi produzido por meio do sistema interno da Empresa Brasil de Comunicação e através da busca por publicações em que apareciam as seguintes palavras-chave: CPI da Terra; CPMI da Terra. Deste modo, o universo analisado é composto por 153 publicações entre matérias e editoriais, sendo assim divididos: Folha de São Paulo: 67 publicações; O Estado de São Paulo: 69 publicações; O Globo: 17 publicações. Dos 153 textos, apenas 15 tiveram chamada na capa do jornal. A catalogação do *corpus* foi realizada com a ajuda do programa Sphinx Survey.

A CPMI da Terra foi realizada entre os anos de 2002 e 2005, com a finalidade de realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores assim como os movimentos de proprietários de terras.

A escolha da CPMI da Terra como unidade de análise se justifica, porque debateu a questão da estrutura fundiária do Brasil e a atuação de movimentos sociais de luta por terra e território, atores considerados antagonistas dos ruralistas, aqui identificados pelos representantes de proprietários de terra, ou por defensores do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o meio rural.

É importante ressaltar a posição privilegiada dos ruralistas no que diz respeito a recursos e representação política no Parlamento. Ou seja, a ocupação de cargos e a presença no Congresso Nacional implicam no acesso a recursos diferenciados que influem na efetividade do exercício de poder. Além disso, a CPMI da Terra foi a investigação sobre a temática abordada de maior duração de tempo durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Não obstante, a CPMI da Terra, enquanto espaço político de debate e disputas acerca de temas que envolvem o direito à terra, também foi motivo de acompanhamento jornalístico, sendo a cobertura de imprensa no período utilizada em maior, ou menor grau. A CPMI da Terra está na lista de investigações provocada após alardes midiáticos

acerca de temas que se referiam às relações entre o Governo Lula e os movimentos sociais de luta pela terra.

As matérias jornalísticas e editoriais publicados nos grandes meios de comunicação, principalmente nos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, subsidiaram a criação de requerimentos de investigação e justificaram processos judiciais de quebra de sigilo bancário, principalmente de organizações sociais consideradas adversárias aos ruralistas. Além disso, estes jornais serviram de referência para a defesa de pontos de vista de parlamentares durante o processo de investigação de da CPMI da Terra, ou matérias foram subsidiadas a partir dos discursos parlamentares proferidos durante os debates nas sessões das comissões.

As investigações foram capazes de agendar temas relacionados ao direito à terra, principalmente no âmbito da atuação de movimentos sociais de luta pela terra, em especial o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Isto abre o questionamento acerca dos enquadramentos utilizados e de que forma isto contribuiu para os interesses ruralistas, em detrimento dos interesses concorrentes. Considerando que os interesses dos ruralistas são mais bem posicionados que outros, definindo assim relações de dominação e poder, a análise dos meios de comunicação se torna importante diante da construção de subjetividades coletivas e consensos que fortalecem a hegemonia dos interesses ruralistas.

É preciso ainda destacar que os jornais escolhidos para a análise são os três principais de circulação nacional e diária, sendo “consensual entre os analistas que o jornalismo político desses veículos possui forte impacto no campo político e no debate das questões públicas e grande influência nos segmentos da opinião pública mais bem informados, além de frequentemente pautar outras mídias e campanhas eleitorais” (Azevedo, 2017, p.28).

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, há uma contextualização da CPMI da Terra e seus resultados, em um cenário de organização da bancada parlamentar de representação do patronato rural, a bancada ruralista. Na segunda parte, o texto apresenta os principais conceitos teóricos que orientam o debate acerca do agendamento e enquadramento de temas. Por fim, o artigo traz a análise dos enquadramentos identificados e considerações diante dos resultados.

1. Os ruralistas no Parlamento e uso de CPIs como espaço de promoção de valores

Desde o seu despontar durante a Constituinte, ainda na década de 1980, a Bancada Ruralista é uma das mais expressivas do Parlamento brasileiro. A formação desta bancada parlamentar, segundo Bruno (2009), apresenta um espaço de construção de identidades e representação dos interesses das classes e grupos dominantes no meio rural, cuja inserção na vida política do Congresso Nacional permite também a criação de alianças com outros setores que não são necessariamente ligados à atividade rural.

É preciso reconhecer a propriedade privada da terra, enquanto um valor dominante, como uma relação social que exprime identidades e antagonismos entre grupos, que determina traços culturais e políticos da sociedade brasileira. A propriedade privada da terra (Bruno, 2009) é formadora do *habitus*² que oferece prestígio e poder de uma classe e se expressa de diversos modos que conferem uma identidade. Este apego à propriedade “escamoteia a questão da acumulação desigual de riqueza e oculta e naturaliza as relações sociais assimétricas de exercício do poder” (Bruno, 2009, p.216).

Os estudos acerca do que fundamenta a identidade ruralista mostram dois traços comuns que se expressam com maior visibilidade em situações em que se sentem ameaçados em seus privilégios como proprietários de terra: a concepção da propriedade como direito absoluto e a defesa da violência como prática de classe (Bruno, 2009, p.218).

Esses traços reverberam em um conjunto de estratégias por meio das quais se consegue 1) manter velhas práticas e objetivos de classe, com o uso de novas tecnologias e abordagens para a agricultura; 2) manter presente o discurso da competência frente à sociedade e ao Estado; 3) manter o *ethos* da propriedade fundiária, cuja definição é relacionada ao que confere valor social, cultural e prestígio da classe dominante rural construídos a partir de seu *habitus*, o que lhes confere identidade social; 4) manter diversas frentes de representação através da capacidade de inserção nas cadeias produtivas e no sistema de acumulação capitalista de forma a ganhar capital político suficiente para se fazer presente inclusive dentro do Estado, sendo seu poder sempre renovado (Bruno, 1997).

² Utilizo o conceito elaborado por Bourdieu (1974, p. 191), em que *habitus* são “sistemas das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

Também é preciso considerar os esforços para tornar o agronegócio como um consenso para o desenvolvimento rural. Há preocupação em construir, por meio da institucionalização de interesses e o fortalecimento da representação nos espaços de poder, a palavra agronegócio como um organizador coletivo que une as elites ruralistas. Isto é feito, segundo pesquisas anteriores, em torno de descrições que igualam o agronegócio à modernidade, à geração de riquezas, ao sucesso, a um “novo modelo de desenvolvimento que atende aos interesses e às necessidades de toda a sociedade” (Bruno, 2009, p.114). Este modelo é dependente do Estado (Heredia, Leite e Palmeira, 2010; Delgado, 2012), enquanto regulador de políticas que favorecem os proprietários de terra e constroem projetos que vão de encontro aos interesses ruralistas.

No Parlamento, há uma vantagem dos ruralistas que possibilita meios formais para desmobilizar qualquer perspectiva mais pluralista em torno da agenda agrária, principalmente quando se trata da defesa do valor absoluto da propriedade da terra e, mais recentemente, do agronegócio como modelo de desenvolvimento para o meio rural. Nas legislaturas 2012-2015 (54º legislatura) e 2015-2018 (55º legislatura), os membros integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, braço oficial da bancada ruralista no Congresso Nacional, foram de 191 e 227 deputados federais (18 estavam fora do exercício até junho de 2018), além de 11 e 27 senadores, respectivamente.

De acordo com Barcelos e Berriel (2009, p.16), uma das características que fundamenta a persuasão e a capacidade de convencimento da Bancada Ruralista está no seu poder de articulação e mobilização de outras bases, ou bancadas políticas. Os autores apontam que, em momentos de encaminhamentos formais na formulação de leis, decisão em comissões, ou mesmo votação no plenário, os parlamentares ruralistas se utilizam tanto do lobby, quanto da troca de favores e benefícios, por meio de uma rede de interesses entre elites do Congresso Nacional (Barcelos e Berriel, 2009, p.17).

Ainda de acordo com Barcelos e Berriel (2009, p.18), outra característica importante que operacionaliza a ação ruralista dentro do Parlamento é a ocupação de postos e cargos estratégicos, seja nas comissões temáticas, seja na mesa diretora da Câmara. Isto possibilita o controle das instâncias de tramitação de projetos e programas voltados para as políticas públicas para o meio rural. Neste sentido, há a facilidade de aprovação de projetos de interesse e o “engavetamento” de projetos que consideram “desnecessários” (Barcelos e Berriel, 2009, p. 18).

Durante os governos Lula e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), é preciso considerar que houve uma ampliação da representação de

organizações de trabalhadores rurais seja em conselhos temáticos de discussão de políticas, a partir de princípios da participação de novos atores sociais, através da negociação direta com representantes do Poder Executivo, numa relação informal, mas rotineira (Abers, Tatagiba e Serafim, 2014). No entanto, a presença nos espaços formais de deliberação política, tais como a ocupação de cargos e a presença no Congresso Nacional, implica no acesso a recursos diferenciados que influem na efetividade do exercício de poder.

É no contexto do início do governo Lula que foi instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPMI da Terra), que funcionou entre os anos de 2003 e 2005. A CPMI da Terra, depois da Constituinte de 1988, configura-se como o espaço mais rico de debate sobre a questão agrária e o direito à terra, devido ao grau de disputas ocorridas nesta CPMI. A comissão foi criada através do requerimento do Congresso Nacional nº 13, de autoria do deputado federal José Carlos Aleluia (PFL-BA), então líder do PFL na Câmara. As investigações contaram com a participação de deputados federais e senadores, por isso o seu caráter misto.

Originalmente formatada para durar 120 dias, a CPMI da Terra foi prorrogada por três vezes, totalizando dois anos de funcionamento. A primeira prorrogação ocorreu no dia 11 de dezembro de 2003, através do requerimento nº 35, de 2003 do Congresso Nacional (CN) de autoria do Senador Álvaro Dias (PSDB-PR) no Senado e do deputado federal Onyx Lorenzoni (PFL-RS) na Câmara, além de outros parlamentares, sendo o prazo de conclusão de seus trabalhos ampliados até o dia 15 de dezembro de 2004.

A segunda prorrogação, de 09 de dezembro de 2004, sob o requerimento nº 32, de 2004 – CN, sob a mesma autoria do requerimento que possibilitou a primeira prorrogação, estendeu o prazo até 15 de junho de 2005. Já a terceira prorrogação, de 25 de maio de 2005, do Requerimento nº 4, de 2005 – CN e também sob autoria do Senador Álvaro Dias (PSDB-PR), estendeu o prazo até 30 de novembro de 2005, finalizando as investigações.

Foram 43 reuniões que abrigaram audiências públicas e dez viagens para nove estados brasileiros, motivadas por conflitos agrários. Durante esta CPMI, o Parlamento ainda se deparou com pelo menos três situações de repercussão nacional e internacional: o assassinato dos fiscais de trabalho em Unaí (MG), caso conhecido como a Chacina de Unaí; o massacre de Felisburgo e a morte da irmã missionária Dorothy Stang³.

³Chacina de Unaí: em 2004, três auditores fiscais do trabalho e o motorista da equipe foram alvejados na cabeça com tiros de revólver. As vítimas Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares e Nelson

No fim do prazo da última prorrogação, em novembro de 2005, dois relatórios foram apresentados: o do relator Deputado Federal João Alfredo (PSOL-CE) e um voto em separado do Deputado Federal Abelardo Lupion (PFL-PR), integrante da bancada ruralista. O relatório do deputado Lupion foi vencedor por 12 votos favoráveis e um voto contrário do Senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O reconhecimento da posição da bancada ruralista na Câmara dos Deputados abre a discussão sobre o poder desta bancada na tramitação política de seus interesses. Bachrach e Baratz (2011) propõem que os pesquisadores devem prestar atenção ao que chamam de “face invisível do poder”, ou seja, na capacidade de que os indivíduos ou grupos “têm de controlar ou manipular os valores sociais e políticos” (idem, p. 149).

Segundo os autores, o poder pode ser exercido quando A participa da tomada de decisão que afeta B. Mas o poder também pode ser verificado quando A se mobiliza de forma a garantir valores sociais e políticos de práticas institucionais que limitem o escopo do processo político presente na arena pública somente a temas que interessam ao mesmo A. Como afirmam Bachrach e Baratz (idem, p. 151), se A obtém o sucesso disso, impede que B leve ao espaço público temas que possam ser prejudiciais aos interesses de A. Isso mostra um desenho em que uma organização política pode ter um viés, onde determinados conflitos são priorizados em detrimento, ou a partir da supressão de outros temas, sendo eles organizados e mobilizados a partir das instituições políticas, ou fora delas.

O que Bachrach e Baratz (idem, p. 153) mostram é esta face do poder que deve ser considerada nas análises dos valores dominantes e dos mitos, rituais e instituições políticas que tendem a favorecer os interesses organizados de um ou mais grupos. Ou seja, desloca-se a pergunta sobre “quem domina?” e sobre “alguém tem poder?” para uma investigação da mobilização de viés da instituição e quais os grupos são beneficiados por isso, em detrimento, ou não, de outros.

A CPMI da Terra é um exemplo de ação da representação ruralista no Parlamento brasileiro, em que é possível estabelecer princípios que se revelam em discursos, estratégias e ações que identificam valores que são mobilizados por este

José da Silva eram servidores do Ministério do Trabalho e Emprego. Ailton Pereira de Oliveira dirigia o veículo com os auditores. Todos vistoriavam as condições de trabalho e moradia de colhedores de feijão. Massacre de Felisburgo: em Minas Gerais, o Massacre de Felisburgo vitimou cinco trabalhadores rurais. O réu confesso do Massacre é o fazendeiro Adriano Chafik. Além de participar diretamente da ação, contratou 16 pistoleiros para atacar as 230 famílias do acampamento Terra Prometida, organizado pelo MST, na fazenda Nova Alegria. Morte da Irmã Dorothy: a missionária foi morta, em 2005, a tiros por pistoleiros, dentro do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, em Anapú, Pará. Fonte: site do MST, acesso em 15 de agosto de 2018.

grupo parlamentar. As conclusões de uma CPI são documentos que servem de guia para a formulação ou ajuste de políticas públicas e conceitos para regulamentação de matéria relacionada (Ferraz, 1994; Sandoval, 2011; Soares, 2009).

O primeiro valor mobilizado trata da importância dos movimentos sociais enquanto ator político legítimo em uma sociedade democrática. Reconhecer que os movimentos sociais são atores políticos significa incluí-los como vozes políticas dentro de um cenário democrático. Durante a CPMI da Terra, os ruralistas acompanharam a tendência de que a sociedade civil se articula através de uma estrutura jurídica determinada pelo Estado. Para eles, a importância da representação jurídica e financeira é fundamental para a responsabilização direta do indivíduo, não reconhecendo assim o sujeito coletivo que esteja fora do modelo ruralista de representação.

O segundo valor mobilizado está no estabelecimento da competência de quem é protagonista do desenvolvimento rural. A CPMI mostra o questionamento a repasses do Estado a outras entidades que são caracterizadas como antagônicas a partir do discurso da competência da gestão do dinheiro público e da vocação para o trabalho no campo. Foi o caso da quebra do sigilo bancário de entidades ligadas aos movimentos sociais, em especial o MST, tais como a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) como tentativa de comprovação da origem financeira, no caso, do MST. Por outro lado, o pedido do sigilo bancário da União Democrática Ruralista, uma das organizações do patronato rural brasileiro, foi negado pela sua origem. “Como vamos quebrar o sigilo de um cidadão que preside uma entidade legal, constituída dentro da lei, à luz do dia, só porque não gostamos dessa entidade. É o fim da picada!” (Deputado Federal Abelardo Lupion, integrante da Bancada Ruralista, 28º sessão da CPMI da Terra, em 06 de abril de 2005 ao defender o presidente da UDR).

O terceiro valor mobilizado está no questionamento da legalidade e da legitimidade dos movimentos sociais de luta pela terra. O resultado desta articulação, que trouxe dispositivos legais editados ainda no regime civil-militar brasileiro, foi a criminalização dos movimentos sociais que lutam por reforma agrária a partir de formas de protesto que incluam ao questionamento da propriedade da terra. Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública e pelo órgão estatal responsável) como criminosas, ou seja, como ações realizadas à margem da lei e da ordem (Sauer, 2010).

Neste sentido, movimentos sociais que se utilizam da ocupação de terras como

forma de protesto podem ser questionados na sua legalidade e, por consequência, sua legitimidade enquanto atores políticos. No voto do Deputado Federal Abelardo Lupion, vencedor na CPMI da Terra, chama a atenção o Projeto de Lei que configura como “ato terrorista” as formas de protesto que incluam a ocupação, saques, depredações “com o fim de manifestar inconformismo político ou de pressionar o governo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa” (Lupion, 2005). Propõe ainda que a punição seja feita sob a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 1983), por que afeta “a ordem constitucional estabelecida, a integridade territorial, o regime representativo e democrático e o Estado de Direito” (idem, 2005).

Esse conjunto de valores defendidos revelam as formas a partir do qual os ruralistas tentam invisibilizar, ou suprimir temas que, provenientes de setores antagônicos, vão de encontro aos interesses desta elite, principalmente no que tange à preservação da propriedade da terra. Desta forma, mobilizar valores de modo que eles sejam efetivos para a promoção de vieses nas instituições políticas, a exemplo do Parlamento, pode possibilitar a manutenção e renovação de uma hegemonia dos interesses e valores ruralistas na sociedade como um todo.

Por hegemonia entendo a construção e realização de uma visão de mundo em processos, onde há a capacidade de uma classe⁴ (subalterna ou dominante) de elaboração e autonomia, diante de reforma intelectual, moral e econômica capaz de criar uma vontade coletiva total (Gramsci, 1976). Esta disputa deve ser entendida como a habilidade de uma classe em assegurar a adesão e o consentimento livre das massas e que deve alcançar não só a parte do Estado coerção, mas também os aparelhos privados da sociedade, encontradas na sociedade civil. Segundo Coutinho (1981, p. 93), “não há hegemonia, ou direção política ideológica sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social”.

Somam-se à habilidade acima descrita da classe hegemônica as possíveis alianças dentro de um campo de lutas para a mobilização de projetos que definam políticas de intervenção no real (Dias, 1991). Como diz Nogueira (2011, p. 249), hegemonia tem a ver “com direção políticocultural: com capacidade de dirigir ética e politicamente,

⁴ Gramsci tem inspiração marxista ao se referir a termos como classe dominante e subalterna. O prefácio de “Contribuições à Crítica da Economia Política”, escrito por Karl Marx em 1859, traz um conjunto de categorias, que explicam a estruturação da sociedade através do método do materialismo histórico-dialético. Desta forma, segundo Marx, “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (Marx, 2008, p.47). A totalidade dessas relações constitui a estrutura da sociedade, a base sobre a qual se releva a superestrutura que correspondem às formas sociais determinadas pela consciência (Marx, 2008).

fixando parâmetros de sentido para os indivíduos ou para grandes agregados sociais. Tem a ver, assim, com conquista de consensos: apoios, adesões e lealdades”.

Entendo que, no caso dos ruralistas, a mobilização de valores no âmbito político é tomada como uma habilidade deste setor em formular sínteses que promovem vieses nas instituições políticas, que facilitam a disputa por hegemonia acerca de determinados temas, pois se tratam da construção de racionalidades dominantes que podem ganhar a sociedade. É no contexto do estudo sobre hegemonia política e social dos ruralistas que incluo os meios de comunicação nesta pesquisa. A mídia é um objeto importante para se pensar na hegemonia, porque “os discursos que a ‘grande imprensa’ coloca em circulação podem ser um índice de quais são as compreensões da política que se tornaram hegemônicas no campo mais amplo e heterogêneo da produção ideológica” (Biroli e Miguel, 2011, p.7).

2. O debate sobre agendamento e enquadramento a partir do que foi veiculado sobre a CPMI da Terra na mídia

A construção de racionalidades dominantes acerca do direito à terra e da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra a partir da CPMI da Terra também envolve os meios de comunicação. Desde o princípio do processo de investigação do Parlamento com a CPMI da Terra, os meios de comunicação se configuraram como intermediários da disputa política.

Segundo Sauer, Souza e Tubino (2006), as diversas manifestações de apoio à instalação à investigação mostraram que o objetivo foi “criar um espaço de oposição às políticas-sociais em geral e agrárias em particular do Governo Lula, investigar e incriminar os movimentos sociais agrários, além de deslegitimar qualquer política de reforma agrária no Brasil” (Sauer, Souza e Tubino, 2006, p.42).

As declarações pré-investigação demonstram a afirmação dos autores acima citados: “O MST tem que ser colocado como uma força que se coloca a margem da lei”, Deputado Federal Artur Virgílio, líder do PSDB no jornal Folha de São Paulo de 04 de julho de 2003; “Lamentavelmente, persiste a desordem no campo com invasões de terra, violência e desrespeito às ordens judiciais de desocupação”, Senador Álvaro Dias (PSDB-PR), no jornal O Estado de São Paulo de 05 de março de 2004.

É particular o fato motivador da CPMI da Terra: o uso de um boné do MST pelo Presidente Lula, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, foi o estopim para a Bancada Ruralista mobilizasse a CPMI da Terra, com o apoio de parlamentares

considerados opositores do Governo Lula. Foi a aproximação pública do Presidente Lula com o MST, enquanto movimento de luta por terra, que indignou a maioria dos parlamentares. “Sua excelência [Lula] jamais poderia ter colocado na cabeça o símbolo da desordem. Pode um presidente da República aceitar e demonstrar intimidade ao ponto de colocar um biscoito na boca de um líder do MST?” (Deputado Federal José Carlos Aleluia, líder do PFL, durante discurso na Câmara dos Deputados, em 02 de julho de 2003).

Em uma sociedade cujo ambiente é repleto de conflitos de interesses, não se espera que os meios de comunicação sejam “os porta-vozes imparciais do debate político” (Miguel, 2002, p. 161), o que significa ser necessário perceber que há grupos que são prejudicados pela forma que se gere a produção e difusão de informações. A questão é que, na medida em que não se espera uma neutralidade da mídia diante de sua própria estrutura monopolizada e de caráter empresarial, processos de dominação são reproduzidos, por meio da difusão de valores, visões de mundo e também projetos políticos. No caso do objeto desta pesquisa, de que forma há uma adesão da imprensa aos valores mobilizados pelos ruralistas durante a CPMI da Terra?

É neste sentido que o debate sobre agendamento e enquadramento orienta o artigo. O processo da comunicação de massa é fundamental em qualquer análise da natureza da conduta política, sob qualquer perspectiva territorial. Em seu próprio processo de elaboração e difusão do conteúdo simbólico, há a formação social constituída, que interfere nas percepções acerca do mundo, na medida em “que propõe óticas argumentativas sobre a realidade, aceitas por amplos segmentos sociais, dentro de uma lógica de identificação e correspondência” (Moraes, 2010, p.67).

Do ponto de vista de grandes monopólios de mídia, como é o caso brasileiro⁵, trata-se conservar uma concepção dominante de um bloco social hegemônico, por meio da regulação da opinião através de critérios exclusivos de agendamentos e enquadramento de temas, de forma a organizar e unificar a opinião pública por meio de transmissão de conteúdos que conferem princípios e valores (Moraes, 2010, p.67).

O agendamento de temas e questões relevantes postas para deliberação pública é, em grande parte, condicionada pela visibilidade dada a determinados temas pelos meios

⁵ Estima-se que menos de dez famílias compõem grupos que controlam cerca de 80% do sistema de grande mídia do país, dentre elas os Marinho (Globo), os Saad (Bandeirantes), Abravanel (SBT), os Sirotsky (RBS- Sul do Brasil), a família Câmara (Anhanguera - Centro Oeste do Brasil), além dos Civita (todas as publicações da editora Abril, incluindo a revista ‘Veja’); os Frias (Folha de São Paulo) e Mesquita (Estado de São Paulo), para citar os maiores (Lima, 1998).

de comunicação de massa. Segundo McCombs (2009, p.111), o agendamento “é uma teoria sobre a transferência da saliência das imagens da mídia sobre o mundo às imagens de nossas cabeças”, sendo a ideia teórica central “é que os elementos proeminentes nas imagens da mídia tornam-se proeminentes na imagem da audiência” (idem), ou seja, “os elementos enfatizados na agenda da mídia acabam tornando-se igualmente importantes para o público” (ibidem).

Neste sentido, os meios de comunicação são capazes de formular questões públicas que ganham relevância social, diante de um cidadão comum que considera o que é veiculado como assunto importante e de políticos e funcionários públicos que se veem na obrigação de dar respostas (Miguel, 2014, p. 142).

Ao mesmo tempo, conforme afirmação de Mantovani (2017, p. 63), é “importante distinguir a atenção da mídia para um tema, (agendamento de primeira dimensão), da maneira como esse tema é enquadrado (agendamento de segunda dimensão, ou agendamento de atributos⁶)”. O enquadramento fornece um contexto através do uso de “seleção, ênfase, exclusão e elaboração” (Tankard et al. Apud McCombs, 2009, p. 137), sendo definido como “uma perspectiva dominante do objeto” (McCombs, 2009, p.139), cujo papel está em “organizar o pensamento, em criar um padrão integrado que é consideravelmente maior do que a soma de suas partes” (idem, p.140).

Os enquadramentos chamam atenção para as perspectivas dominantes, mediante uma habilidade da mídia em influenciar a forma de como a audiência captura os objetos. Robert Entman (1993) defende que os enquadramentos perpassam todo o processo comunicativo, estando nos textos, interlocutores e na própria cultura, sendo o “poder de enquadrar” localizado na relação entre todo o processo.

Para Entman (1993, p.52, tradução nossa), “para enquadrar é preciso selecionar alguns aspectos da realidade apercebida e torná-los mais salientes em uma comunicação textual, de modo a promover a definição de problema específico, uma interpretação causal, avaliação moral e /ou recomendação de tratamento para o item”. Isto a partir da compreensão de que os *frames*, enquanto molduras de sentido, “podem definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções”

⁶ Segundo McCombs (2009, p.138-139), os atributos podem ser simples, tais como a descrição de pessoas por meio da idade, lugar de nascimento, mas podem também ser complexos, tais como a qualificação de projetos políticos e temas, a exemplo da economia de um país, ou reformas políticas promovidas por governos.

(Mendonça e Simões, 2012, p. 193), o que deixa “evidente sua dimensão política” (idem). Ou seja, “o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguirem certa trilha interpretativa” (idem).

Há uma complementariedade entre os estudos sobre o agendamento com a reflexão sobre enquadramentos da notícia, enquanto perspectivas dominantes de um objeto. É o que permite identificar seleções e interesses existentes na saliência de determinado aspecto do texto comunicativo (Mantovani, 2017, p.63). Além disso, a construção da notícia conta com sistemas específicos próprios do jornalismo, que por meio da crença da sua competência especializada, confere confiança da parte dos clientes, ou consumidores, que não possuem da mesma capacidade técnica para avaliar a competência profissional e a excelência técnica da informação. Além disso, em situações, como a do Brasil, há ainda dificuldades de interpretação crítica diante da baixa escolaridade de grande parte do público.

Miguel (2014) aborda este fenômeno através do conceito de sistema perito, trabalhado por Giddens. O autor inglês, ao marcar as sociedades dentro de características de amplitude das relações sociais, com interações que dispensam o face-a-face, constantemente deslocadas do tempo e do espaço, dá aos sistemas peritos uma importância, na medida em que “organizam grandes áreas dos ambientes material e profissional em que nós vivemos hoje” (Giddens Apud Miguel, 2014, p. 138).

O jornalismo visto como um sistema perito mantém com os consumidores uma relação e confiança no que tange à veracidade das informações, a justeza da seleção e hierarquização dos elementos importantes a serem relatados e, por fim, a justeza em relação à hierarquização e seleção das notícias dentro de um conjunto de fatos e temas disponíveis na realidade social (Miguel, 2014, p. 140).

A verificação de credibilidade e veracidade é bastante difícil para o cidadão comum. Primeiro por que as notícias geralmente se tratam de fatos, cujo um número reduzido de receptores terá condições de comprovação da exatidão, justamente por que não estavam presentes no momento do fato. Segundo, é dificilmente verificável se o agendamento de temas e a seleção do que se relata são corretos, porque a maior parte dos fatos não pertence à realidade de quem recebe a informação. No terceiro aspecto, saber se as notícias priorizadas em detrimento de outras são relevantes também exige que os receptores possuam acessibilidade ao conjunto de temas, o que normalmente não ocorre (Miguel, 2014).

Além disso, contexto de atuação partidária do jornalismo (Biroli, 2013, p.129) deve ser considerada. Para Biroli (idem), não se trata, apenas, de verificar se há uma atuação do jornalismo que se identifica com algum partido político. Trata-se da expressão ativa – e não apenas nas disputas eleitorais – de uma posição política situada. A autora utiliza a noção de atuação partidária como opção para ressaltar esta posição situada, que tensiona dualidades entre o que se considera como jornalismo partidário e jornalismo profissional. Conforme Biroli (ibidem, grifos no original), “o jornalismo é a expressão de *uma parte* nas disputas mesmo quando não existe alinhamento político-partidário estável”.

No caso da agenda agrária nos meios de comunicação, há um histórico de tratamento diferenciado nas coberturas no que se refere à reforma agrária e aos movimentos sociais de luta por terra e território. Biroli (2013) já aponta pesquisas que demonstram que a cobertura oscila entre a estigmatização - quando há alguma atuação/protesto de movimentos sociais - e o silenciamento – quando há desconsideração dos movimentos sociais enquanto atores (Berger Apud Biroli, p. 138; Intevozes Apud Biroli, p.138).

Neste sentido, enquadramentos alternativos, em geral elaborados por movimentos sociais de luta pela terra, possuem mais dificuldades de se chegar à agenda dos meios de comunicação. Não obstante, grande parte dos meios de comunicação do Brasil possuem relações e negócios que envolvem o agronegócio brasileiro. Segundo a pesquisa “Quem controla a Mídia”⁷, realizada pelo Intevozes e Repórter Sem Fronteiras, a relação entre mídia e agronegócio pode ser observada, tanto na produção de conteúdo, quanto nos investimentos financeiros.

A pesquisa cita, além de outros, o caso do Grupo RBS, “cujos acionistas são proprietários de terra e criaram o Canal Rural de TV, em 1996, posteriormente vendido para a J&F Investimentos, controladora do Frigorífico JBS, em 2013” (MOM, 2018). Também cita o caso da família Saad, proprietária de terras e dona do grupo Bandeirantes, que possui “o canal de TV a cabo Terraviva e, na Band News, o Jornal Terraviva reapresenta notícias sobre o agronegócio produzidas pelo canal especializado” (idem).

Durante as CPMI da Terra, foi possível verificar o uso político das matérias jornalísticas publicadas, principalmente em favor da bancada ruralista. Além disso, a

⁷ A pesquisa faz parte do Media Ownership Monitor Brasil (MOM) e pode ser acessada por este link: <https://brazil.mom-rsf.org/br/> (Acesso em 18 de julho de 2018).

CPMI, enquanto espaço político de debate e disputas acerca de temas que envolvem o direito à terra, também foi motivo de acompanhamento jornalístico.

As matérias jornalísticas publicadas nos grandes meios, seja de caráter noticioso ou opinativo, também subsidiaram a criação de requerimentos de investigação, justificaram processos judiciais de quebra de sigilo bancário e foram referências para a defesa de pontos de vista de parlamentares. O uso político dos grandes meios de comunicação na CPMI da Terra caracterizou-se, principalmente, através do vazamento de informações sigilosas à imprensa de organizações ligadas a promoção da reforma agrária, sendo o alvo principal o MST.

Isto ajudou a modificar o jogo político, geralmente, em favor das estratégias da bancada ruralista no que tange à desconstrução de movimentos sociais que questionam a propriedade da terra, a exemplo do MST, como ator político, sendo sua existência criminalizada. O papel concedido aos meios de comunicação, mediante o agendamento da CPMI da Terra e os enquadramentos oferecidos, estabeleceu uma correlação de forças que foi desfavorável aos movimentos de luta pela terra que possuem a ocupação de terra como forma de protesto.

3. Os enquadramentos predominantes na CPMI da Terra

O conjunto dos agendamentos e enquadramentos de temas, em longo prazo, ajuda a estabelecer valores, que presidem a apreciação de uma realidade construída (Miguel, 2014, p. 143). Neste sentido, diante da capacidade de que os ruralistas possuem promover valores no âmbito político, a análise dos enquadramentos é um caminho de estudo, sendo eles perspectivas dominantes construídas no âmbito político, que fornecem atributos sobre determinados temas que se tornam enquadramentos que a mídia adere. Os temas de interesse dos ruralistas são afirmados por meio da saliência de determinadas perspectivas, que ajudam na hegemonia de ruralista no âmbito político e social.

O enquadramento trata-se de um instrumento “eficaz para examinar o conteúdo oferecido pela mídia, que pode afetar o processo de formação de preferências políticas da audiência” (Mantovani, 2017, p. 53). Auxilia ainda “na compreensão dos efeitos da cobertura da mídia e na estruturação e organização das imagens, tanto no plano sociológico como no plano político, conformando opinião, ou sugerindo escolhas” (idem).

Não obstante, a apresentação de atributos de um agente do campo político, seja ele um candidato, um parlamentar, ou mesmo um movimento social, funcionam “como argumentos marcantes para organizar e estruturar a imagem desse agente perante o público, produzindo um efeito de sugestionamento (*priming*) de perspectivas que guia as opiniões do público e pode influenciar julgamentos” (Mantovani, 2017, p. 62).

Para este artigo, as categorias utilizadas para a análise e codificação dos conteúdos de mídia no âmbito da CPMI da Terra consideram desde já que a bancada ruralista elegeu um alvo prioritário nas investigações: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Neste sentido, foram identificados 16 enquadramentos diferentes, expressos nos textos jornalísticos que abordaram a CPMI da Terra: Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade; Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo; Os problemas no campo não se resumem ao MST; Propriedade de terra é direito; Agronegócio é a modernidade para o campo e promove a riqueza para o Brasil; Reforma Agrária é política inconsequente; Dinheiro Público financia MST; ONGs financiam MST; PT/Governo é pró-MST; Financiamento das organizações ruralista; Ruralistas querem constranger MST; Estado causa entraves à reforma agrária; Estado não combate violência no campo; Proprietários de terra causam violência e tensão no campo; CPMI não cumpriu seu objetivo; Novas políticas para reforma agrária.

Na sequência, foram definidas as vozes presentes no texto jornalístico. Não se trata de quem produziu os textos jornalísticos - que podem ser assinados, ou não - mas de quem teve voz presente. Do total de 153 textos, 132 (86,27%) foram construídos com alguma voz presente, podendo ser encontrado mais de uma categoria de voz presente em um texto analisado. Deste modo, algumas categorias de vozes foram definidas: Bancada ruralista (61 textos – 39,9%); Parlamentar não ruralista (40 textos – 26,1%); Organizações sociais de luta por terra e território (42 textos – 27,5%); Organização social ruralista (20 textos- 13,1%); Especialista (5 textos- 3,3%); Governo (24 textos- 15,7%); Outras autoridades públicas (24 textos, 15,7%).

Também elenco categorias diferentes para o tipo de texto analisado. De modo que 123 textos (80,4%) são notícias; 9 textos (5,9%) estão inseridos em colunas; 7 textos (4,6%) são editoriais; 7 textos (4,6%) são notas; 4 textos (2,6%) são artigos de opinião; 2 (1,3%) textos são entrevistas; 1 (0,7%) texto é uma carta de leitor. As notas são diferenciadas das notícias, devido ao seu tamanho e, na maioria das vezes, devido ao caráter mais opinativo, seja de quem assina o texto, seja do próprio jornal. No entanto,

são textos que não estão publicados em partes destinadas a textos de opinião.

Os enquadramentos demonstram que há uma diversidade de temas abordados durante as investigações, o que não significa uma diversidade de notícias para cada enquadramento identificado. A tabela 1 consiste na análise dos enquadramentos identificados nos três jornais analisados.

Tabela A: Enquadramento x jornal

Enquadramento/Jornal	Folha de São Paulo	O Estado de São Paulo	O Globo	TOTAL
1- Dinheiro Público financia MST	17	26	2	45 (29,4%)
2- Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo	8	9	3	20 (13,1%)
3- Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade	10	7	1	18 (11,8%)
4- PT/Governo é pró-MST	7	6	0	13 (8,5%)
5- Proprietários de terra causam violência e tensão no campo	8	4	1	13 (8,5%)
6- Ruralistas querem constranger MST	2	4	3	9 (5,9%)
7- Estado causa entraves à reforma agrária	5	2	0	7 (4,6%)
8- CPMI não cumpriu seu objetivo	1	2	4	7 (4,6%)
9- ONGs financiam MST	3	0	3	6 (3,9%)
10- Reforma Agrária é política inconsequente	1	4	0	5 (3,3%)
11- Os problemas no campo não se resumem ao MST	3	0	0	3 (2%)
12- Estado não combate violência no campo	1	1	0	2 (1,3%)
13- Propriedade de terra é direito	0	2	0	2 (1,3%)
14- Agronegócio é a modernidade para o campo e promove a riqueza para o Brasil	0	1	0	1 (0,7%)
15- Financiamento das organizações ruralista	1	0	0	1 (0,7%)
16- Novas políticas para reforma agrária	0	1	0	1 (0,7%)
TOTAL	67	69	17	153

A análise dos dados demonstra que os jornais dedicaram a maior parte de seus textos para trazer questões sobre a atuação de movimentos sociais de luta pela terra, tendo no MST a principal referência. Dos 16 enquadramentos identificados, seis se tratam de atributos considerados negativos aos movimentos sociais, sobretudo o MST. São eles: “Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade”; “Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo”; “Reforma Agrária é política inconsequente”; “Dinheiro Público financia MST”; “ONGs financiam MST”; “PT/Governo é pró-MST”. Três enquadramentos se tratam de questionamentos à atuação do patronato rural em relação à defesa da propriedade e/ou

agronegócio: “Financiamento das organizações ruralista”; “Ruralistas querem constranger MST”; “Proprietários de terra causam violência e tensão no campo”.

Outros três enquadramentos tratam da atuação do Estado em relação à reforma agrária, ou direito à terra: “Estado causa entraves à reforma agrária”; “Estado não combate violência no campo”; “Novas políticas para reforma agrária”. Dois enquadramentos tratam da defesa de projetos da bancada ruralista: “Propriedade de terra é direito”; “Agronegócio é a modernidade para o campo e promove a riqueza para o Brasil”. Outros dois se tratam de críticas à CPMI e seus objetos de investigação: “Os problemas no campo não se resumem ao MST”; “CPMI não cumpriu seu objetivo”. No entanto, esse conjunto final de enquadramentos é minoritário se considerarmos o total dos textos analisados.

Note-se que o enquadramento 1: “Dinheiro Público financia MST” é o que mais aparece nos jornais Folha de São Paulo (17 textos/ 25,37%) e O Estado de São Paulo (26 textos/ 37,68%). Em ambos os jornais, e de forma minoritária pelo O Globo, a categoria notícia foi a mais utilizada, com 37 textos. Aparece ainda inserido em colunas por cinco vezes. O enquadramento aparece como um artigo de opinião apenas uma vez, com o texto “Podridão Agrária”, assinado por Xico Graziano em 06 de dezembro e 2005.

“(…) O chamado movimento social vive à custa do cofre público. Convênios se destinam, no papel, a apoiar ações altruístas e, na prática, alimentam o processo das invasões de terra (...) Qualquer semelhança não é mera coincidência. A traquinagem do MST funciona com a tradicional tecnologia dos ladrões do dinheiro público. O esquema é semelhante àquele do mensalão. Não se pode afirmar que seus líderes enriqueceram. O delito objetiva o poder, ou a revolução. Crime da mesma forma” (Graziano, O Globo em 06 de dezembro de 2005).

O enquadramento 1 da tabela A aparece majoritariamente em notícias relacionadas a convênios estabelecidos por organizações civis com o Estado brasileiro, cujo trabalho era relacionado à reforma agrária. Essas organizações foram apontadas como braços financeiros das ações de protesto do MST, independente do trabalho realizado. Diferencia-se do enquadramento 9 da mesma tabela, pois se tratam de textos que apontavam valores de convênios públicos, ou que publicizaram análises do Tribunal

de Contas da União, ainda que inacabadas; não apenas da indicação de organizações não governamentais que trabalham com o público da reforma agrária, sejam elas nacionais, ou internacionais.

Este enquadramento dialoga com a construção do segundo valor mobilizado pelos próprios parlamentares ruralistas durante as investigações. As organizações civis, ligadas ou não ao MST, foram questionadas por suas relações com um movimento social a partir de um estranhamento acerca dessas organizações terem acesso a convênios públicos. Esse estranhamento se configura em criminalização, quando, por meio de narrativa, se induz à interpretação de que os convênios financiam as ações de ocupação de movimentos sociais.

Um exemplo deste enquadramento está na notícia “Muito dinheiro para o MST, pouca reforma”, assinada por Sérgio Gobetti no jornal O Estado de São Paulo em 22 de agosto de 2004.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva tem compensado a frustração do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) com o ritmo da reforma agrária liberando generosas somas de recursos federais para as entidades que financiam as atividades políticas do agrupamento (...) Em média, as entidades beneficiadas com os repasses federais têm seis meses para prestar contas, mas há pouca fiscalização para checar os resultados. "Essa situação é a prova de que o governo do PT instrumentalizou politicamente o MST. O MST se impacienta com o ritmo lento da reforma agrária, mas não se rebela porque tem no governo um parceiro que lhe repassa recursos públicos", afirma o senador Álvaro Dias, presidente da CPI da Terra, criada para investigar o MST (Gobetti, O Estado de São Paulo em 22 de agosto de 2004).

O papel concedido aos meios de comunicação, revestido de um poder de estabelecimento do que seja verdade, organiza a opinião. Esses textos jornalísticos, por sua vez, fortaleceram a construção de uma narrativa que conferia a corrupção ao MST e ao Governo, que ao se aliar a movimentos sociais, garantiria os protestos via ocupação de terra.

O tema das ocupações de terra foi o que ganhou o segundo enquadramento que mais predominou nos textos analisados. As ocupações de terra são consideradas como desordem e como fator que aumenta a tensão no campo, não sendo questionada a concentração de terra por poucos proprietários. A ligação entre ocupação de terra e prejuízo à economia é trabalhada sob este enquadramento, onde a reforma agrária “dentro da lei” não inclui a ação de movimentos sociais. Foram 20 textos (13,1%) que

enfatazaram a ocupação de forma negativa, sendo um inserido em coluna e 19 deles em formato de notícia - inclusive o exemplo “Oposição faz alerta, petistas pedem avanço”, texto da Folha de São Paulo não assinado.

“Senadores do PFL e do PSDB alertaram ontem para o risco de perdas do setor de agronegócios devido à onda de invasões de propriedades pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e cobraram ações do governo para a reforma agrária. Petistas defenderam avanços. "O MST tem uma causa justa, que é assentar trabalhadores, mas tem uma outra face, que deixa a sociedade insegura, que é a promoção de invasões. E o governo, que tem a obrigação de zelar pela paz institucional e pelo Estado democrático de Direito, não está cumprindo as funções de promoção da reforma agrária dentro da lei", disse César Borges (PFL-BA). Álvaro Dias (PSDB-PR) lembrou a importância do agronegócio na economia brasileira, citando que cerca de 42% das exportações no ano passado foram de produtos agrícolas, pecuários e agroindustriais. "A crescente situação de insegurança e violência semeada pelo MST pode inviabilizar a continuidade desse êxito."(...) Já Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o MST ganhará mais simpatia à causa se não houver violência nas invasões. Ele disse que o líder João Pedro Stedile garantiu, ao depor na CPI da Terra, que o movimento é pacífico” (Folha de São Paulo, Editoria Brasil, em 8 de abril de 2004)

É também sob este enquadramento foram tratadas as notícias sobre a classificação de ocupação/invasão de terra como ato terrorista e/ou crime hediondo, feito pelo relatório da CPMI da Terra. As matérias são de 29 e 30 novembro de 2005 e foram publicadas pelo jornal O Globo e O Estado de São Paulo, respectivamente. Ambas notícias se concentram em relatar como a aprovação do relatório final da CPMI, destacando em título a proposição ruralista.

No caso do jornal O Globo, o título foi “CPI da Terra aprova relatório que classifica ocupação de ato terrorista”, que trata a ocupação sob a via do protesto criminalizado por sugestão do Parlamento; já O Estado de São Paulo intitulou sua notícia da seguinte forma: “CPI propõe tornar invasão de terra crime hediondo”, onde trata a ocupação sob a constatação de algo que afronta a propriedade, no caso a invasão. A notícia assinada por Gilse Guedes destaca as ações de retirada de indiciamentos contra líderes do MST e as classificam como acordos firmados com “parlamentares simpáticos ao MST”, além de assumir, sem contestação, a narrativa de que organizações civis investigadas são braços econômicos do MST.

“Numa sessão tensa, a CPI da Terra derrubou o parecer de seu relator, deputado João Alfredo (PSOL-CE), e aprovou ontem um relatório paralelo com recomendações desfavoráveis ao Movimento dos Sem-Terra (MST). O texto – de autoria do coordenador da bancada ruralista, deputado Abelardo Lupion (PFL-PR) – sugere a aprovação pelo Congresso de dois projetos de lei: um que classifica de ato terrorista a invasão de propriedades e outro que considera como crime hediondo as invasões de terras, saques e depredações com fins políticos. O relatório substituto também propõe que a Justiça acione as entidades que dão face legal ao MST e funcionam como seu braço econômico. (...) Os parlamentares simpáticos ao MST reagiram e chegaram a se retirar da sala, num gesto de protesto contra a rejeição do texto de João Alfredo, cujo tom era totalmente diferente: acusava grupos de proprietários rurais de instigarem a violência e pedia o indiciamento do presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia” (Guedes, O Estado de São Paulo em 30 de novembro de 2005).

Com 18 textos (11,8%), o enquadramento 3 da Tabela A atribui aos movimentos sociais de luta pela terra, em especial o MST, um caráter de promoção de instabilidade, violência, ou que agem na ilegalidade, principalmente por não terem uma chave jurídica de identificação, tal qual são as organizações não governamentais, ou por recorrem à ocupação de terra, ou terem algum acesso à convênios públicos. É sob este enquadramento que se encontram quatro editoriais encontrados, em um total de sete textos nesta categoria. Foi o exemplo do editorial do jornal O Estado de São Paulo, do dia 18 de junho de 2004, intitulado “Financiamento do Esbulho”. O atributo majoritário é o questionamento do movimento social em si a partir de suas características enquanto movimento popular e ações de protesto.

“Imaginemos, como se tivéssemos a participar de um jogo de contradições, uma entidade clandestina com o máximo de visibilidade e que recebe recursos públicos para atentar contra a ordem pública (...) É claro que sob o ponto de vista jurídico essa pessoa não existe, apesar de ser uma das entidades mais notórias do País (...). Mas, filosofias à parte, o fato é que uma organização sem pessoa jurídica que a represente, sem registro social, sem obrigações fiscais e sem limitações de quaisquer espécies imposta à sua livre movimentação – visto que se coloca à margem (e acima) das leis vigentes – recebe financiamento inclusive de organizações internacionais. (...) Torna-se cada vez mais claro, então, que o MST não está nem um pouco preocupado em legalizar a sua situação, visto que o status de sua ‘clandestinidade

ostensiva' lhe traz a maior vantagem" (Editorial, O Estado de São Paulo em 18 de junho de 2004).

O quarto enquadramento com maior predominância trata-se das relações entre o Governo Lula e os movimentos sociais, e, novamente, o MST em especial. São textos que destacam a atuação de parlamentares da base do Governo Lula em “proteger” o MST, ou movimentos sociais em geral. Em geral, a conotação é negativa, diante de atributos que descrevem uma ação que estaria impedindo as investigações contra movimentos populares.

O questionamento aos proprietários rurais, enquanto antagonistas de movimentos sociais de luta pela terra, aparece como o quinto enquadramento predominante. No entanto, a busca desses textos mostra que se trata, prioritariamente, das notícias veiculadas sobre o assassinato da religiosa estadunidense, Dorothy Stang. O assassinato de irmã Dorothy, em fevereiro de 2005 no Pará, foi o único momento em que o patronato rural e a violência causada pela defesa da propriedade, ou tentativas de expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores sem terra foi vinculado à CPMI da Terra e suas investigações.

Ao analisar os textos do jornal O Globo, verifica-se uma postura diferenciada do jornal acerca dos enquadramentos predominantes no jornal. O O Globo é o que menos noticiou a CPMI da Terra, com apenas 17 textos encontrados. Isso não significa que os movimentos sociais de luta pela terra e o MST não foram pauta do jornal, mas que a investigação parlamentar não foi canal para o debate acerca do direito à terra, ou a questão agrária no Brasil. No entanto, ao tomar pelos textos que citaram a CPMI da Terra, se somarmos os enquadramentos predominantes de caráter negativo aos movimentos sociais, tem-se 9 textos classificados nos enquadramentos 1, 2, 3 e 9 da tabela A. Ao enquadramento 5, que prioriza o questionamento à atuação de proprietários de terra, apenas um texto. Mas chama atenção a destinação de quatro textos que questionam a CPMI da Terra e seus objetivos. São textos que centralizam a polarização de ambos os lados, sem que se tivesse um resultado satisfatório, tal como a coluna escrita por Tereza Cruvinel em novembro de 2005, após o fim da CPMI.

“Na sessão final da CPI da Terra, outras cenas de hostilidade. A senadora Ana Júlia rasgou e lançou aos ares o relatório do deputado Abelardo Lupion. Se ela exagerou, mais ainda o fizeram os ruralistas da CPI, ao aprovar um parecer alternativo que ofende a realidade agrária. Antes, haviam rejeitado o parecer do relator João

Alfredo (PSOL-CE), que apresentava a questão do ponto de vista exclusivo dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela reforma agrária. Mas Lupion foi para o extremo oposto. Dedicou apenas 19 linhas a mais grave questão brasileira, a conflagração agrária do sul do Pará, que fomenta a violência e estimula o desmatamento. Esqueceu a existência de trabalho escravo (...), de grileiros, de milícias armadas por fazendeiros (...) A CPI terminou melancolicamente, aprovando um relatório unilateral, sem apresentar um bom diagnóstico e muito menos uma boa proposta” (Cruvinel, coluna Panorama Político- O Globo em 29 de novembro de 2005)

Outros exemplos relacionados à reforma agrária, o papel do Estado na sua promoção, ou mesmo a atuação da bancada ruralista contra o MST foram abordados em menor grau pela imprensa. No entanto, a defesa da propriedade e do próprio agronegócio também não ganhou predominância. Isto significa que, para os meios de comunicação, o debate principal tem relação com a atuação e o financiamento dos movimentos sociais, em que estava em pauta, principalmente, o debate acerca da legitimidade destes movimentos em acessar o dinheiro público. Não raras as vezes que a legitimidade é relacionada à cobrança de uma identidade jurídica ao MST, ainda que as organizações civis que mantiveram convênios públicos tenham as suas.

Por outro lado, o papel da mídia na construção da agenda pública também perpassa pela análise da visibilidade dos atores políticos. A sua presença (ou ausência) pode reforçar papéis sociais, estereótipos e posições que influem na interpretação dos acontecimentos, tal como a ênfase em determinados atributos. Há uma relação entre “o que” e o “quem” é objeto da notícia (Miguel e Biroli, 2011, p.24).

De acordo com Mantovani (2017, p.238), a presença predominante de determinados grupos é relevante para o “delineamento do quadro interpretativo dos acontecimentos (enquadramentos) e a ligação desses acontecimentos com ‘porta-vozes’ que deram significado à narrativa”. Nesse sentido, ao verificar a predominância de vozes de parlamentares ligados à bancada ruralista, conforme a tabela B, permite-nos concluir que esse grupo definiu, na maioria das vezes, o conteúdo e os atributos de maior destaque no texto jornalístico.

Tabela B: Vozes presentes

Quais vozes presentes?	Frequência.	%
1- Bancada ruralista	61	39,9%
2- Organizações sociais de luta por terra e território	42	27,5%
3- Parlamentar não ruralista	40	26,1%
4- Governo	24	15,7%
5- Outras autoridades públicas	24	15,7%
6- Organização social ruralista	20	13,1%
7- Especialista	5	3,3%

Note-se que, mesmo em menor grau, as organizações de luta por terra e território também tiveram quantidade de menções relevantes nos textos jornalísticos. Em algumas menções, o movimento social não está presente no texto, sendo substituída por um parlamentar não ruralista. Poucos especialistas foram mencionados como fontes, o que revela um menor interesse no debate conceitual sobre a reforma agrária, mas sim nas disputas políticas entre ruralistas e movimentos sociais.

No entanto, o cruzamento entre os enquadramentos e as vozes presentes (tabela C) mostra que no enquadramento que mais predominou, foi a bancada ruralista quem forneceu os atributos de destaque de forma prioritária, com 31 menções. Há um acolhimento maior por parte da mídia das reivindicações e conceitualizações que a bancada ruralista forneceu durante a CPMI, ou seja, é o ator político prioritário.

Isso também é visto no enquadramento referente às ocupações. Os ruralistas são priorizados com 15 menções (soma da bancada ruralista e organizações ruralistas), contra 11 menções de parlamentares não ruralistas, ou organizações sociais de luta por terra, ou território (sendo a grande maioria referente a algum líder do MST). De forma mais equilibrada estão as vozes mencionadas quando o atributo predominante foi a caracterização dos movimentos sociais de forma violenta: tanto a bancada ruralista, quanto organizações de luta pela terra foram mencionados seis vezes, ainda que estas organizações estejam vocalizadas de forma a demonstrar um aspecto violento de suas ações.

Onde o Governo foi ouvido, os textos se dividem no questionamento do papel do Estado na reforma agrária e nas relações que o PT possui com movimentos sociais de luta pela terra. Especialistas – professores e pesquisadores - tiveram suas vozes inseridas, principalmente, se a pessoa participou de alguma audiência da CPMI, ou acerca de discussões sobre a reforma agrária em contextos específicos, a exemplo do aniversário do MST.

Tabela C: Enquadramento x Vozes presentes

Enquadramento/Quais vozes presentes?	Bancada Ruralista	Parlamentar não ruralista	Organizações sociais de luta por terra e território	Organização social ruralista	Especialista	Governo	Outras autoridades públicas	TOTAL
Dinheiro Público financia MST	31	10	10	2	1	7	12	77
Ocupação de terra é desordem e aumenta a tensão no campo	6	3	8	9	1	3	2	33
Movimento Social de luta pela terra/MST promove a instabilidade, violência e ilegalidade	6	5	6	3	1	3	0	25
PT/Governo é pró-MST	3	3	3	2	0	5	1	20
Proprietários de terra causam violência e tensão no campo	2	7	1	1	0	0	3	17
Estado causa entraves à reforma agrária	3	3	4	0	1	1	2	14
Ruralistas querem constranger MST	2	2	3	1	0	1	1	12
ONGs financiam MST	4	1	1	0	0	0	2	8
CPMI não cumpriu seu objetivo	1	2	0	0	0	0	0	8
Reforma Agrária é política inconsequente	0	0	3	0	1	2	0	7
Estado não combate violência no campo	1	1	2	0	0	1	0	5
Os problemas no campo não se resumem ao MST	1	2	0	0	0	1	0	4
Agronegócio é a modernidade para o campo e promove a riqueza para o Brasil	1	1	1	0	0	0	0	3
Propriedade de terra é direito	0	0	0	2	0	0	0	2
Financiamento das organizações ruralista	0	0	0	0	0	0	0	1
Novas políticas para reforma agrária	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	61	40	42	20	5	24	24	237

Considerações Finais

Segundo Biroli (2013, p. 138), o jornalismo pode ser considerado um regulador da pluralidade política e social, onde seu papel principal não seria o de expor os conflitos, mas de exclusão da agenda pública aqueles que vão de encontro aos consensos políticos, demarcando os conflitos políticos aceitáveis (Hallin Apud Biroli, 2013, p. 138).

O jornalismo, desta forma, exerce um papel de “gestor de consensos”, onde a “centralidade na reprodução e difusão de representações da política advém do fato conhecido de que a maior parte da população tem acesso à política institucional, sobretudo em nível nacional, pelos meios de comunicação” (Biroli, 2013, p.138).

Os textos veiculados pelos meios de comunicação, cujo tema foi a CPMI da Terra, possibilitou a construção de uma narrativa que justificou a ação coercitiva e investigativa do Parlamento contra as entidades em questão. As quebras de sigilo bancário de entidades sejam de trabalhadores, seja patronal, no caso da CPMI da Terra, foi o filão investigatório que produziu mais apelo midiático.

Não obstante, a análise dos enquadramentos presentes nos jornais pesquisados nos mostra que os privilégios de recursos dos ruralistas não são somente do ponto de vista econômico, mas também simbólico. A intolerância ao MST, manifestada pela CPMI da Terra, ganhou os meios de comunicação e beneficiou os discursos ruralistas não necessariamente pela defesa de seus interesses, mas pela desconstrução do interesse antagônico e de sua imagem como ator político legitimado, seja por sua identidade enquanto movimento popular, seja pela promoção da desconfiança da opinião pública acerca da idoneidade da causa promovida.

Os meios de comunicação de massa influem na fabricação e reprodução de representações do mundo social que fundamentam a compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos, dos outros e de seus interesses. Neste sentido, os meios de comunicação também são instrumentos de difusão de projetos políticos. Como afirma Miguel (2014, p.153), “as vozes que se fazem ouvir na mídia possuem um viés”. Neste sentido, os enquadramentos e, com eles, os atributos mobilizados trazem consequências para o jogo político e a construção de consensos sobre determinadas agendas e a disseminação de determinados projetos políticos, em detrimento de outros.

Nesta pesquisa, os jornais reproduziram o argumento ruralista de que o MST desviou dinheiro público, através de entidades não governamentais, para realizar protestos que são uma afronta ao direito de propriedade. Para a bancada ruralista, o

Governo do PT, por sua vez, se utilizou de corrupção para garantir os protestos destes movimentos, devido seu alinhamento ideológico. Por outro lado, a desigualdade social imposta pela concentração fundiária do território brasileiro e a existência de trabalhadores sem terra organizados não foi atributo predominante.

Opera-se, deste modo, uma narrativa de teor criminalizatório dos movimentos sociais, sendo o MST a síntese encontrada ao que tange a qualquer movimento popular que questione a concentração de terras por meio de protestos que desafiam a propriedade como valor absoluto.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando Antônio (2017). *A Grande Imprensa e o PT (1989-2014)*. São Paulo: Edufsc.

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana (2014). *Repertórios de interação estado sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula*. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 325- 357.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton (2011). *Dois lados do poder*. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, v.19, n.40, p.149-157.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva e BERRIEL, Maycon Cardoso (2009). *Práticas Institucionais e Grupos de Interesse: A geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no Parlamento Brasileiro*. *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia*, São Paulo, pp. 1-32. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Barcelos_EAS.pdf

BIROLI, Flávia (2013). *Limites da Política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos*. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, n 6, pp 126-143.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe (2011). *Razão e sentimento: a comunicação política e a decisão do voto*. *Anais do XX Encontro da Compós*. Porto Alegre: UFRGS

BRUNO, Regina (1997). *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária- UFRJ. _____ (2009). *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR.

CPMI DA TERRA (2005). *Notas Taquigráficas*. Senado Federal.

COUTINHO, Carlos Nelson (1981). *Gramsci*. Volume 2. Porto Alegre: L&PM. Fontes do pensamento político.

DELGADO, Guilherme Costa (2012). *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

DIAS, Edmundo (1991). *Hegemonia: nova civilitá ou domínio ideológico?* In Revista Histórias & Perspectivas. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, nº 05: jul-dez, pp. 5-44.

ENTMAN, Robert M. (1993) *Framing: toward clarification of a fractured paradigm*. Journal of Communication nº 43 (4), p.51-58.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha (1994). *Conflito entre poderes: o Poder Congressual de sustar atos normativos do Poder Executivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

GRAMSCI, Antonio (1976). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira (2010). *Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 25 nº 74. p.159-177.

LIMA, Venício A. de (1998). *Política de Comunicações no Brasil: Novos e Velhos atores*. Preparado para o XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association. Chicago, Illinois September 24-26.

LUPION, Abelardo (2005). *Relatório dos Trabalhos da “CPMI da Terra”*. Voto em Separado.

MANTOVANI, Denise (2017). *Mídia e Eleições no Brasil: disputas e convergências na construção do discurso político*. Jundiaí: Paco Editorial.

MARX, Karl (2008). *Contribuição à crítica da Economia Política*. Tradução: Florestan Fernandes. 2º edição. São Paulo: Expressão Popular.

McCOMBS, Maxwell (2009). *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino e SIMÕES, Paula Guimarães (2012). *Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) Vol. 27 nº 79 junho, pp 187-235.

MIGUEL, Luís Felipe (2014). *Democracia e Representação: Territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp.

MOM (2018). *Media Ownership Monitor Brasil*. Disponível pelo link <https://brazil.mom-rsf.org/br/> (Acesso em 18 de julho de 2018).

MORAES, Dênis de (2010). *Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci*. Revista Debates. Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (2011). *Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez.

SANDOVAL, Ovídio Rocha Barros (2001). *CPI ao pé da letra*. Campinas: Millennium.

SOARES, José Ribamar Barreiros (2009). *O que faz uma CPI*. Brasília: Edições Câmara.

SAUER, Sérgio (2010). *Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular.

SAUER, Sérgio; SOUZA Marcos Rogério; TUBINO Nilton Luiz Godoy (2006). *O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Volume 33. nº 2, ago/dez, p. 41-66.

Textos de jornais citados

CRUVINEL, Tereza (2005). Enfado e violência. **O Globo**, 29 de novembro. Coluna Panorama Político.

ÉBOLI, Evandro (2005). CPI da Terra aprova relatório que classifica ocupação de ato terrorista. **O Globo**, 29 de novembro. Editoria O País.

FINANCIAMENTO DO ESBULHO (2004). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de junho. Editorial.

GOBETTI, Sérgio (2004). Muito dinheiro para o MST, pouca reforma. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 de agosto. Editoria Nacional.

GRAZIANO, Xico (2005). Podridão Agrária. **O Globo**, 06 de dezembro. Opinião.

GUEDES, Gilse (2005). CPI propõe tornar invasão de terra crime hediondo. **O Estado de São Paulo**, 30 de novembro. Editoria Nacional.

SUCURSAL DE BRASÍLIA (2004). Oposição faz alerta, petistas pedem avanço. **Folha de São Paulo**, em 8 de abril. Editoria Brasil.